



Poder Popular



AS CONCLUSÕES DO ENCONTRO NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO

1) Decorreu no Porto, nos dias 1 e 2 de Julho, o primeiro Encontro Nacional de Organização do MES. No decurso do Encontro foi analisada a situação organizativa do MES, tendo sido verificada a estabilidade da estrutura de organização com evidente progresso no planeamento da acção política e no cumprimento das metas organizativas traçadas.

2) Foi analisada a situação política tendo sido reafirmada a posição que a caracteriza de estabilização conflitual do regime de democracia burguesa limitada. No entanto, acentuou-se o facto alarmante de o reforço do autoritarismo ao nível do Estado se ter vindo a fazer na base da atribuição crescente de poder, no seio da administração pública, do aparelho judicial e das Forças Armadas, a agentes servidores, ou coniventes, do regime fascista.

3) Foi igualmente abordada a situação do Movimento Sindical, tendo sido analisadas as manobras tendentes à formação

de uma segunda central sindical divisionista, e dedicada particular atenção à organização do trabalho sindical do MES no sentido de contribuir para o fortalecimento da corrente revolucionária no seio da CGTP-IN. O Encontro Nacional de Organização fez o balanço das mais recentes eleições sindicais, con-

cluindo pelo fortalecimento das listas de oposição revolucionária à maioria reformista existente na CGTP-IN nos sindicatos operários. Finalmente foram definidas prioridades de in-

SEGUIE NA PÁGINA 2

FESTA-CONVÍVIO EM OVAR:

EM MARCHA O ENCONTRO DE TRABALHADORES DO NORTE

Decorreu no passado dia 9 de Julho, domingo, o Convívio-Festa levado a efeito pela Comissão Organizadora do Encontro de Trabalhadores do Norte. Com a participação de centenas de trabalhadores esta realização contou também com a presença de diversos grupos culturais

No decurso do Convívio tiveram lugar diversos sorteios e leilões tendo sido notória grande animação e disposição combativa por parte dos participantes que eram na sua maioria trabalhadores de fábrica, tendo sido dedicado um largo espaço para as práticas desportivas.

No convívio-festa usou da palavra, na única intervenção política que teve lugar, o camarada Fernando de Sousa, membro do Comité Central do MES e elemento da Comissão Organizadora do Encontro de Trabalhadores do Norte que acentuou a necessidade de unidade entre os trabalhadores para fazer face à ofensiva da direita reacção e fascista, e chamou a atenção para a importância de lutar para uma participação unida das diversas forças revolucionárias nas ba-

talhas eleitorais que se avizinhavam. Por último o camarada Sousa apelou para uma participação activa nos trabalhos preparatórios do Encontro como forma de contribuir de facto para a unidade dos trabalhadores e para a resolução dos seus problemas concretos.

de apoio está cumprida a primeira fase de preparação planeada pela Comissão Organizadora do Encontro de Trabalhadores do Norte. As sessões referidas foram realizadas em finais de Maio e durante Junho, em Viana, Barcelos, Fafe, Porto, Oliveira de Azeméis,

nais que mais afectam os trabalhadores e as formas de acção e de luta para alargar a resistência activa das massas à ofensiva patronal e imperialista.

Os meses de Julho e Setembro vão agora ser decisivos para cumprir todos os objectivos do Encontro. Nesta segunda fase de preparação, trata-se de alargar o debate das questões centrais do Encontro, abrindo-o a todos os trabalhadores interessados.

Por outro lado importa concretizar as questões em discussão para cada sector de trabalho, promovendo sessões especificamente voltadas para trabalhadores desta ou daquela empresa, sindicato, localidade ou sector.

O Encontro está, pois, em marcha. Mas o seu êxito depende também de ti! Se trabalhas ou vives na Região Norte do País e este jornal te chegou às mãos não hesites e arranja maneira de participar também no Encontro. Para isso podes dirigir-te à COMORG do Encontro de Trabalhadores do Norte, Rua Alexandre Herculano, 381, tel. 319569 PORTO.



Com a efectivação deste convívio-festa que foi antecedido da realização de 8 sessões preparatórias e publicação dos dois primeiros textos

Albergaria, Aveiro e Figueira da Foz. Em todas elas se discutiu o sentido e os objectivos previstos para o Encontro, os problemas locais e regio-

NOTA DA REDACÇÃO:



Tal como tínhamos informado, interrompemos, com este número, a publicação regular do PP.

O Poder Popular voltará a sair na primeira quinzena de Setembro. Ficou assim integralmente cumprida a primeira fase do plano de edição traçado a partir do nosso III Congresso.

Desde o número 65, saído em Fevereiro deste ano, um enorme esforço político, organizativo e financeiro foi desenvolvido para que o órgão central do MES cumprisse as suas tarefas de agitação, propaganda e organização.

Apesar dos avanços alcançados neste período, temos a consciência que muito trabalho há ainda por realizar.

Esta interrupção será justamente aproveitada para a preparação de um conjunto de melhorias e alterações do PP, a lançar a partir de Setembro, no seguimento das conclusões do I Encontro Nacional de Organização.

Num momento em que a imprensa revolucionária sofre um cerco apertado, e as notícias e posições do nosso Partido são hoje objecto de silenciamento, a nossa determinação e confiança em melhorar o Poder Popular assenta na convicção de que os nossos leitores, os militantes, filiados e amigos do Partido, serão capazes de participar activamente nesse esforço colectivo.

AS PROPOSTAS DO MOVIMENTO COOPERATIVO

VER PAG. 8

Movimento Sindical ③

BALANÇO E PERSPECTIVAS

nas centrais

EM DESTAQUE

RESTOS DO PASSADO...

Programadas e já a decorrer, estão em curso várias iniciativas inscritas naquilo a que os seus promotores chamam de "mini Queima das Fitas".

Embora rodeados por certa imprensa (Diabo, Rua, Comércio do Porto...) de um cunho académico, estas iniciativas, são impulsionadas por grupos fascistas ou fascizantes afectos ao MIRN, CDS e JSD.

A pretexto de um convívio entre estudantes, ideia que seria positiva à partida, a comissão organizadora da chamada "mini-queima", retoma, à revelia do Movimento Estudantil, comemorações e praxes que este tinha rejeitado e condenado definitivamente desde 1971. Não só pela imagem "desprestigiante" e degrada superficial e mistificadora do estudante e da universidade (o "tout va bien"), mas sobretudo pelo seu cariz elitista e pela colaboração que os seus mentores efectuavam com o regime fascista. A "Queima" não era senão a monumental bebedeira e o "ar selecto" dos "doutores" satisfeitos por enxovalharem os "desprezíveis caloiros" e se colocarem acima da "inculta e bruta" população... ela teria o

papel de "aliviar" e fazer esquecer a tensão política, a luta e a repressão no seio da Universidade.

Em 1971 o Movimento Estudantil recusou a "Queima" e a praxe Académica! E recusou estas manifestações porque entendeu os seus objectivos e recusou o seu papel!

Hoje no Porto, quando meia dúzia de "meninos bem" resolveu pavonear-se com a ridícula capa e cartola no meio de um ambiente de saudosismo de casta, nós não podemos transigir!

Mais do que já estão, há que isolá-los e desmascará-los nos seus objectivos aos olhos da opinião pública e dos estudantes.

Há no entanto, que evitar contudo, que esta posição apareça perante a opinião pública como "um confronto entre grupos extremistas de esquerda e direita"! Para o nosso Partido, a resposta a dar a estas manifestações de restos do passado, é uma resposta de massas, assumida e consciente; é uma resposta que alerta os revolucionários e o Movimento Associativo para a necessidade de não dar tréguas e intensificar um profundo trabalho ideológico e cultural de base nas escolas.

ENCONTRO NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO:
iniciada a discussão de um
Plano de Acção Política até 1980

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 1

tervenção sindical do Partido, atribuindo-se especial atenção a uma activa intervenção no processo de reestruturação sindical e na Conferência Nacional de Organização promovida pela CGTP-IN, onde se jogam aspectos decisivos da luta pela unidade e democracia sindicais, contra a cisão e o pacto social.

4) Foi ainda constatada a evolução da configuração política do campo das forças e elementos da esquerda antifascista e revolucionária que se colocam fora da direcção do reformismo do PCP. Neste campo, e levando em conta a diversa metodologia de acção, naturezas político-partidárias (programas de acção) dessas forças e elementos, conclui-se pela necessidade e possibilidade do alargamento e desenvolvimento de uma dinâmica unitária de acção com expressão principal nas tarefas da luta antifascista, defesa da Constituição e das conquistas populares, da luta contra a cisão e pela democracia no seio do Movimento Sindical unitário e da luta anti-imperialista no quadro da ingerência do FMI e das consequências do processo de adesão de Portugal à CEE.

O Encontro Nacional de Organização do MES contribuiu para fortalecer a aplicação de uma política ampla de unidade capaz de dar ao nosso Partido a capacidade de contribuir decisivamente para essa dinâmica de unidade revolucionária e antifascista nas tarefas da resistência à política de recuperação capitalista e de reforço do autoritarismo burguês.

Neste quadro, foi iniciada a discussão de uma proposta de estratégia de acção política e fortalecimento organizativo do MES para o período que vai até às eleições legislativas de 1980, considerando-se que as posições que a UEDS e a UDP/PCP(R) têm tomado publicamente abrem um campo de debate e acção comum favorável ao avanço daquela dinâmica de unidade revolucionária e antifascista nos vários terrenos de luta. No

entanto, não foram desenvolvidos quaisquer contactos no sentido da constituição de qualquer frente eleitoral.

5) O MES tomará pública, após a realização da próxima reunião do seu Comité Central, em Lisboa, nos dias 22 e 23 de



Julho, uma posição devidamente fundamentada sobre estas questões.

BALANÇO DA LUTA NOS MAGISTÉRIOS

Os estudantes dos magistérios acabaram de desenvolver um processo de luta a nível nacional contra a restauração dos "exames de estado" que, pela importância que assumiu para todo o movimento Estudantil e Associativo, deve ser considerado central e talvez o mais importante a que assistimos este ano nas escolas.

Apesar da derrota em que se saldou, no fundamental, este processo, o MES saudou os estudantes dos magistérios e o seu MA (como um todo) pelos avanços que, a nível organizativo e de coordenação nacional neste sector, esta luta traduziu-fruto de um moroso e paciente processo de organização das DAE's que é único no conjunto do Movimento Associativo (MA) português e em que o MES se orgulha de estar presente desde a primeira hora, através de militantes seus cujo empenhamento tem sido, em inúmeros momentos, decisivo.

Quer as vitórias, quer as derrotas do movimento popular (em que o ME e o MA se enquadram) têm sempre factores explicativos; o primeiro e mais global factor de derrota deste processo de luta contra a política reaccionária do MEC é a própria fase da luta de classes em Portugal, que hoje se vive e que o nosso partido define como de resistência popular a um regime de democracia burguesa limitada, assente neste momento num governo de direita que realiza uma recuperação capitalista das conquistas do movimento popular pós 25 de Abril. É uma fase que se traduz para o campo popular no desenvolvimento de um esforço de organização capaz de, a médio prazo, transformar a resistência dispersa em resistência mais global e activa, e em que são raras, em qualquer sector, as vitórias globais, antes predominando ou a impotência face à iniciativa do poder burguês ou o atingir de pequenas e difíceis vitórias parciais.

No caso específico deste processo, teve peso determinante a imaturidade de um ME e MA dos magistérios sem quaisquer tradições anteriores de lutas globais e radicalizadas e em que, deste modo, mais facilmente pode vingar junto de largos sectores de estudantes o temor hesitante da desconfiança nas suas próprias forças perante o autorita-

rismo arrogante das ameaças do MEC.

No entanto, teve peso decisivo para a derrota em que se saldou esta luta, a influência que conseguiu, a partir de certa altura, exercer uma prática da UEC que o nosso Partido não tem dúvidas em acusar de ter sido (globalmente) de total cedência perante o MEC, reflectindo-se no movimento por uma traição relativamente aos princípios e compromissos inicialmente assumidos que, começando pelo caso de Beja e continuando quer nas propostas apresentadas nas reuniões nacionais de 21 e 27 de Maio por DAE's afectas à linha da UEC, quer nos acontecimentos de Vila Real e Aveiro, abriram a partir das greves de 15 e 16 de Maio a divisão dos estudantes dos Magistérios e, desde aí, o progressivo descalabro do movimento que se afigurava com potencialidades para derrotar o MEC.



No entanto, se falarmos em traição da UEC referenciamos este termo apenas ao facto do abandono pela UEC a partir de 15/16 de Maio, das posições até aí assinadas também por dirigentes associativos seus militantes em reuniões e documentos saídos do MA. De resto, não há que ingenuamente pensar que aquilo que se passou foi uma viragem na análise e actuação da UEC, mas apenas que a UEC real dentro deste processo só se começou a manifestar a partir de dada fase do mesmo (precisamente porque uma po-

sição que fosse à partida expressamente contra uma luta amplamente apoiada pelos estudantes se tornaria denunciadora de modo demasiado claro e portanto altamente desprestigiante para aquela organização).

A LUTA CONTINUA CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA DAS ESCOLAS

O perigo mais global que a derrota deste processo de luta apresenta é o de ficar em aberto um largo espaço para que nos próximos anos o MEC imponha a restauração total dos "exames de estado" nos magistérios, contra os quais o ME e o MA terão muito maiores dificuldades de resposta depois da aplicação, este ano conseguida pelo ministério, do ponto 2.3 do despacho de avaliação. No entanto, quer em relação a isto mesmo, quer a todo o futuro da luta dos Magistérios, apresentando-se como perigo mais imediato o das próprias consequências que esta derrota pode provocar desde já nos estudantes das EMP's e no seu MA e que podem ir até à desmobilização prolongada para o próximo ano e um grave retrocesso no processo de organização e coordenação nacional das DAE's.

Cumpramos aos revolucionários (e particularmente às DAE's em que estejam presentes) assegurar que a desmobilização não se generalize, mantendo consciente a importância de pontos de luta que se mantêm actuais e cuja dinamização é central para o reerguer de um MA forte e combativo nos Magistérios capaz de lançar novos e mais eficazes movimentos de resistência à recuperação capitalista nas EMP's.

Deste modo, e dentro da importância dada na nossa III Conferência Estudantil à realização de Encontros Nacionais para sectores de ensino (como caminho para a unificação progressiva do caudal da resistência popular próprio dos ME e MA), o MES aponta como objectivo imediato dos revolucionários nos Magistérios o reerguer de um forte MA em cada escola no sentido do levantamento dos ENDAM's e da actividade da CCN, numa perspectiva de rápida reunificação dos Magistérios.

EDITORIAL

abrir o debate por UMA ALTERNATIVA POPULAR

"Defender e promover pelos meios constitucionais do seu alcance a queda do actual governo" foi um dos objectivos fixados no recente congresso do PPD, que traduziram o triunfo dos sectores deste partido que apostam mais decididamente na instabilidade da coligação governamental e a procuram precipitar. Esta posição corresponde à impaciência crescente dos sectores insatisfeitos com o governo PS/CDS e o ritmo da sua política de reconversão capitalista e simultaneamente preocupados com a perspectiva da integração europeia e do desenvolvimento das multinacionais no nosso país. Esta preocupação — expressa, por exemplo, no último encontro de industriais promovido pelo CIP no Porto, e em diversas tomadas de posição de organizações do patronato — não tem encontrado eco nas intervenções públicas do CDS, mais empenhado em apontar para os objectivos estratégicos do reforço do estado autoritário e da integração na Europa, do que em acautelar os sectores da pequena e média burguesia cujos interesses essa integração atingirá gravemente.

Esta preocupação quanto à abertura à CEE e às multinacionais vai, por outro lado, fornecendo elementos para os novos "nacionalismos" a que o PPD e outros sectores da direita se mostram cada vez mais sensíveis.

As exigências de recomposição do governo feitas pelo CDS após reunião da sua direcção no último fim de semana exprimem também a impaciência dos sectores sociais que tem representado:

— a CAP vinha-se distanciando já da prática do CDS no governo e dos compromissos aí realizados, e o PPD de há muito que começara a apelar à clientela eleitoral centrista.

Na presente crise do governo PS/CDS e na palavra de ordem de Governo de Salvação Nacional lançada pelo PPD, o que está em causa, para além de pressões sociais para uma nova viragem à direita, é a representação política dos diversos sectores burgueses. Face à nova fase da vida política portuguesa, e a 2 anos de novas eleições legislativas e presidenciais, os diversos sectores da classe dominante iniciam um processo de recomposição dos seus partidos.

Mas esta crise de representação política não impede que se vão consolidando, no nosso país, as condições para a existência de governos democrático-burgueses com um mínimo de estabilidade. É o que a duração dos 2 governos constitucionais de Soares prova. E é o que tem tirado margem à apresentação, por forças da esquerda — incluindo forças não-reformistas — de alternativas mais ou menos ilusórias a tais governos: — não se

ouve falar já, com efeito, do "governo de plataforma democrática" ou do "governo do 25 de Abril do povo".

Na verdade, o movimento popular não está em condições de, nesta fase, avançar com propostas de governo. Há, pois, razão para dizer-se que não há alternativa popular imediata ao governo burguês.



Com a força de que dispõem nesta fase, o movimento popular e as forças partidárias representativas de sectores mais conscientes e combativos das massas podem, no entanto, impedir que haja margem para reforço do autoritarismo e da política

de direita do governo e seus agentes em toda a sociedade. Tal consegue-se, conforme temos dito, pela construção de fortes movimentos de opinião e acção democrática e pelo fortalecimento dos órgãos de classe, particularmente do movimento sindical — apresentando, propostas e alternativas para uma gestão democrática desses órgãos, que os libertem da tutela reformista.

Mas tal tarefa passa também, conforme foi discutido no Encontro Nacional de Organização que o MES realizou em 1 e 2 de Julho, pela renovação do debate no seio da esquerda não-reformista, que permita reforçar a capacidade organizativa e de intervenção política dos revolucionários na sociedade portuguesa. Para além do mais, há que ter presente que a crise de representação política aberta pela nova fase em que nos encontramos toma disponíveis sectores sociais intermédios, onde tanto as forças de direita como as forças democráticas — incluindo as revolucionárias — procurarão criar influência e apoio.

Dispersa, dividida e fechada sobre si mesma, a esquerda não-reformista dificilmente constituirá uma referência para alguns desses sectores receptivos a uma perspectiva de luta anti-capitalista. Por isso, para assegurar a continuidade da sua presença política na sociedade portuguesa, para poder opor uma barreira eficaz ao avanço do autoritarismo, para rasgar novos caminhos da militância revolucionária, é fundamental abrir o debate.

MES Notícias do MES Notícias do MES Notícias do MES

SAUDAÇÃO À REP. DE CABO VERDE

O MES enviou a S. Ex. o Embaixador da República de Cabo Verde e ao Comício que teve lugar no dia 5 de Julho na Voz do Operário a seguinte saudação a propósito da passagem do III Aniversário da Independência daquele país:

"Na passagem do III Aniversário da Independência da República de Cabo Verde o MES saúda o PAIGC, o Chefe de Estado, o Governo e todo o Povo de Cabo Verde por esse acontecimento histórico só possível de alcançar pela luta armada, prolongada e heróica, conduzida pelo vosso Partido.

No momento actual em que a situação dos nossos dois países e povos evoluiu em relação aos tempos do colonial-fascismo não deixam de nos unir os mesmos laços de solidariedade e de fraternidade militante. A luta contra o renascimento do fascismo, que em Portugal de novo ameaça as liberdades, pode hoje contar com a solidariedade dos povos africanos, ontem subjugados pelo colonial-fascismo português: a luta dos povos e países africanos progressistas contra o neo-colonialismo que os ameaça poderá contar, hoje, e sempre com o apoio do Povo Português, dos progressistas e revolucionários portugueses.

Na unidade e na luta contra os inimigos comuns do direito dos povos à independência económica e política, e em particular contra o imperialismo, será possível forjar novas relações de solidariedade e de cooperação e caminhar seguramente para um futuro de progresso e de liberdade.

VIVA O INTERNACIONALISMO MILITANTE!

VIVA O PAIGC!

VIVA A REPÚBLICA DE CABO VERDE!

ASSEMBLEIAS REGIONAIS DO RIBATEJO E OESTE realizada desde o III Congresso.

Realizam-se nos próximos dias 15 e 16 as Assembleias Regionais dos militantes e filiados do MES do Ribatejo e Oeste, respectivamente.

Subordinadas à análise da situação política actual, das tarefas dos revolucionários, destinam-se igualmente ao debate e aprovação de Planos de Trabalho Político-Organizativo para as regiões no sentido do fortalecimento da acção partidária que vem sendo

SESSÃO CULTURAL NO PORTO

No seguimento do trabalho cultural que a livraria "Poder Popular" da Organização Regional do Porto vem desenvolvendo, realizou-se no passado dia 1 de Julho uma sessão de cinema com a passagem do filme — "Nós por cá todos bem" de Fernando Lopes. Estiveram presentes cerca de 100 pessoas.

A MORTE DE FRANCISCO MENDES

Causou grande emoção nas fileiras anti-imperialistas e anti-colonialistas portuguesas a morte trágica do camarada Francisco Mendes, dirigente do PAIGC, e primeiro ministro da República da Guiné Bissau.

No próprio dia em que foi noticiado esse acontecimento o Secretariado do Comité Central do MES, interpretando os sentimentos dos quadros do MES e de todos aqueles que participam de uma forma ou de outra na luta anti-imperialista, enviou ao camarada Presidente Luís Cabral o telegrama seguinte:

"Conhecedores infausto acontecimento morte Francisco Mendes nossos votos sentido pesar. Reafirmação nossa solidariedade vossa justa luta!".

Idêntica tomada de posição foi enviada ao camarada Embaixador da República da Guiné-Bissau em Lisboa, Filinto de Barros.

ASSINATURA

Poder Popular

Journal Quinzenal
Sai às 5.ª feiras
Propriedade
do Movimento de Esquerda Socialista

6 meses 70\$00 12 meses 130\$00
apoio 250\$00
estrangeiro Europa 500\$00

Nome

Morada

ENVIO CHEQUE N.º BANCO

ENVIO VALE DE CORREIO N.º

MES Notícias do MES Notícias do MES Notícias do MES

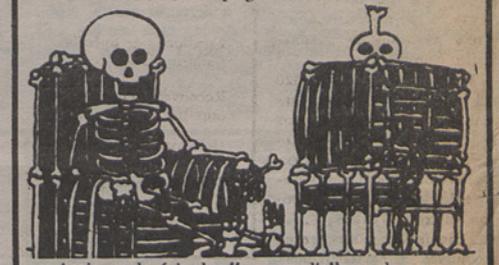


IDEOLOGIA E "MASS MEDIA"

A comunicação de massa caracteriza-se na nossa civilização pela sua rapidez, pelo seu carácter público de efeito instantâneo e transitório. As mensagens transmitidas pelos meios de comunicação de massa são veiculadas de um só fôlego, atingem milhões de pessoas simultaneamente e são divulgadas não para a reflexão e registro consciente mas para o simples consumo. O que neles se busca reproduzir é uma cultura de consumo.

A informação transmite-se num só sentido, dirige-se a audiências enormes, anónimas, por vezes amorfas e inorganizadas, não tendo nunca em conta o próprio facto da divisão e estratificação social em classes ou camadas distintas e divergentes - pretende incarnar um "interesse geral" dirigido a um "público em geral". O produto dos chamados "mass media" é feito para ser consumido.

De facto, é o "vou ao cinema, não tenho nada que fazer", o olhar para a TV assimilando-a por puro hábito, aceitando-a sem qualquer reflexão. As pessoas habituam-se à TV, ao cinema do ponto de vista do consumo - ver sem reflectir sobre o que se vê ou lê. As coisas entram pelos olhos e saem em fumo pelos ouvidos sem que tenham feito funcionar o mecanismo cerebral. E isto a tal ponto na nossa civilização (a civilização ocidental de capitalismo desenvolvido, onde a técnica cada vez mais dita as suas leis) que as pessoas tendem a determinar-se pelo próprio meio de comunicação empregue.



Assim, o domínio dos "mass media" tem de estar nas mãos das classes dominantes, detentoras do poder de Estado, pois é um meio fundamental para o mantendo esse mesmo domínio. Qualquer fomação social só se consegue perpetuar na medida em que consiga interiorizar no indivíduo a ideologia aí dominante, as normas, os valores e padrões culturais socialmente aprovados. E os "mass media" actuam nesse sentido, veiculando uma determinada visão do mundo, ideologia e concepções, e não outras.

Baía a batalha que no mês 25 de Abril se desenhou no sentido da conquista de lugares na rádio, TV e grandes órgãos de informação, e mesmo hoje a partilha que os ditos grandes partidos pretendem dos vários jornais estatizados.

E no nosso país, se bem que não existindo ainda grandes cadeias de informação escrita ou falada dominadas por inteiro pelas agências do capital financeiro internacional (como é o caso para os EUA ou a Europa capitalista mais desenvolvida), a rádio, imprensa ou TV estatais resultam de facto num monopólio da informação de massas se não estiver regulamentado o acesso, tal como manda a Constituição, de todas as camadas sociais a esses mesmos órgãos, determinando de algum modo o seu conteúdo. É ver, por exemplo, os noticiários da rádio ou TV, que são hoje, como dantes, únicos. Isto é: pluralismo social mas informação única.

Uma conclusão é evidente: os meios de comunicação de massa são um instrumento de classe. A Informação ocupa um lugar onde os valores e as relações do Homem com o mundo se confrontam, como resultado de um diálogo entre um olhar (quem escreve) e a realidade (de que se escreve). Sendo assim, poderá este olhar ser neutro? Não tem necessariamente de reflectir um ponto de vista próprio, particular, da parte de quem escreve? Logo, será possível a objectividade em abstracto? Ou haverá somente a objectividade de opinião de uma camada, de um estrato social, de acordo com os seus interesses e objectivos determinantes para a modelação da sociedade? - interesses esses que se reúnem nos membros de um grupo ou classe social e se opõem a outros grupos ou classes.

Aqui reside, de facto, a forma de antagonismo político implicado pela influência enorme da informação e comunicação de massas na civilização capitalista actual. E é aqui, também, que o "PODER POPULAR" se insere e procura travar a sua batalha.

A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL (3)

REVOLUCIONÁRIOS E REFORMISTAS DUAS POSIÇÕES EM CONFRONTO

6. características e orientação das lutas

6.1. O MOVIMENTO GREVISTA NO 1º TRIMESTRE DE 1978

Depois dum certo apaziguamento do movimento grevista registado em 1977 que andou a par com uma canalização das greves para as mobilizações globais, nomeadamente negociações de CCT's, voltamos a ter um reacender do movimento grevista com a fomação do governo PS/CDS.

Deste movimento podemos retirar as seguintes características principais: - Mobilizados cerca de 420 mil trabalhadores no essencial dos sectores de serviços (F. Pública, Professores, Comércio, Hotelaria, Transportes) embora com alguma participação dos sectores produtivos em crise (Têxteis, C. Civil, Mineiros) e das empresas produtivas nacionalizadas (Portugal, Siderurgia).

Cerca de 31 greves no 1º trimestre de 1978 dando origem a um crescente número de trabalhadores em greve.

Table with 3 columns: GREVES, Nº TRABALHADORES, and months (Janeiro, Fevereiro, Março).

- Predominância das greves "simbólicas" (1 dia (11), 1 dia (7), total 18), isto é, sem continuação nem conjugação com outras formas de luta, sobre as greves progressivas (4) ou ilimitada (9). Esta predominância é esmagadora em termos de participação: 405 mil para 15 mil respectivamente.



- Preponderância da luta defensiva e parcelizada por empresa sobre a luta ofensiva e globalizada ao nível de sub-sector ou sector.

também ser uma das formas mais baixas de luta: luta-se debaixo do princípio do salve-se quem puder pelo cumprimento da PRT.

Table titled 'QUADRO II' with columns 'RAZÕES' and 'Nº GREVES'.

- A luta económica defensiva predomina claramente embora se desenvolvam formas de solidariedade como a participação de trabalhadores de lani-

6.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS LUTAS

Em todo este período assiste-se a uma consolidação da inversão da correlação de forças ao nível da relação sindicatos/patronato - Governo. Hoje está particularmente acentuado o carácter de refluxo da actual situação como reflexo conjugado da reposição quase integral da autoridade repressiva do patrão nas empresas e da entrada do CDS para o Governo.

1977 encerrou mais uma fase de luta pelos CCT's que se saldou pela passagem no essencial do DEC. 49-A/77 dos 15% de miséria, isto é, do Pacto Social imposto. Os grandes sectores produtivos só nos finais de 1978 principiaram de 1979 voltarão a mobilizar-se para a luta pela contratação colectiva.

As características gerais da luta operária e sindical neste período podem sintetizar-se nos seguintes pontos:

Preponderância da luta de empresa sobre a luta de sector ou sub-sector devido à conjugação da tática da burguesia (Governo e patronato) que consiste em atacar em várias frentes procurando dividir e parcelizar o movimento popular, com a tática do PCP que aceita estas regras para melhor poder alcançar-se ao

negócio do pacto social.

Preponderância dos sectores não produtivos das massas trabalhadoras nas lutas e também do sector público (administrativo e produtivo) como reflexo de serem os sectores mais atingidos (perca de regalias, descida para uma situação próxima do proletariado) pela política de recuperação capitalista nesta primeira fase.

A greve simbólica e desarticulada surge, deste modo, como a principal forma de luta.

Situação ultra-defensiva no que diz respeito à luta pelo emprego com o movimento operário e sindical a mostrar uma enorme incapacidade de resposta aos despedimentos, embora com alguma capacidade de resposta aos despedimentos selectivos.

Situação menos defensiva no que diz respeito à luta pelo salário, embora exista uma predominância de lutas pelo cumprimento de CCT's ou PRT's e até uma desvalorização na prática do valor da força de trabalho (não pagamento relativamente generalizado do 13º mês nas empresas em crise). Também se desenvolvem lutas por novas conquistas salariais e, sobretudo, boas perspectivas para se alargarem debaixo dum correcto princípio de aumentos iguais para todos.

Predominância, portanto, da luta económica defensiva (direito à negociação, cumprimento das PRT's e CCT's) e da luta pelas liberdades sindicais.

Utilização pelo patronato e Governo (veja-se tabela da função pública) da arma do aumento dos leques salariais tendente a fomentar a concórdia e a comprar o apaziguamento de certas camadas e a colaboração de outras.

A PRT continua a ser a solução para superar o impasse das negociações com o patronato (casos recentes dos mineiros e comércio automóvel), isto é, a não haver conquista de verdadeiras soluções que sirvam os interesses dos trabalhadores.

Verificamos, assim, que as duas direcções principais da luta - CCT (negociação e cumprimento) e liberdades sin-

dicais - se fundem na questão concreta do direito à negociação, aliás não é por acaso que rapidamente esta questão ganhou importância principal, sobretudo através da luta dos trabalhadores da função pública e dos trabalhadores dos sectores e empresas públicas. Isto representa um complemento da via das portarias como forma de limitar administrativamente os salários, já que a recusa do próprio direito à negociação é uma arma ainda mais poderosa do que os decretos de 15 e 20% de limitação dos aumentos de salários.

Por outro lado esta política deliberada do Governo e do patronato encaixa num outro objectivo que é o da cisão do movimento sindical. Com efeito as crescentes dificuldades na negociação colectiva vão produzir um esvaziamento crescente da própria

eficácia dos sindicatos e fornecer campo de manobra para as manobras cisionistas. Esta situação se confirma, no essencial, a justeza das nossas orientações - contra o pacto social e a cisão sindical, contratos sim, Portarias não, pelo salário e pelo emprego em conjunto - impõem-nos uma inadiável tarefa: a do aprofundamento do sentido tático das palavras de ordem e, sobretudo, da sua aplicação. Toma-se necessário evitar concretizações ou

A questão da jornada nacional de luta

A jornada nacional de luta é uma ideia-proposta cuja "paternidade" pertence ao nosso Partido e à Corrente Sindical Revolucionária, pois data do Plenário da CGTP-IN de 16 de Julho de 1977 a primeira proposta para a sua convocação de nossa iniciativa e aquela que em oposição ao PCP recolheu a maior votação de sempre em plenários da CGTP-IN.

O nosso Partido fez ao longo de todo este período um esforço de adaptação desse objectivo, esforço consubstanciado nos seguintes pontos: - A jornada concebida como greve geral de conteúdo político e económico, alicerçada nas principais reivindicações dos trabalhadores portugueses.



aplicação dos sindicatos e fornecer campo de manobra para as manobras cisionistas.

Esta situação se confirma, no essencial, a justeza das nossas orientações - contra o pacto social e a cisão sindical, contratos sim, Portarias não, pelo salário e pelo emprego em conjunto - impõem-nos uma inadiável tarefa:

o do aprofundamento do sentido tático das palavras de ordem e, sobretudo, da sua aplicação. Toma-se necessário evitar concretizações ou

fime das conquistas essenciais e iniciativas ofensivas limitadas e parciais) ao movimento de adaptação à democracia burguesa limitada e à recuperação capitalista.

É preciso não esquecer

7. posições do MES para o movimento sindical

Na linha do que ficou dito atrás interessa deixar neste informe os pontos principais de concretização e aprofundamento das nossas posições

A luta contra a cisão e o pacto social

O nosso partido soube compreender a importância propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

A construção da corrente sindical revolucionária

Erguer a corrente sindical revolucionária no seio do movimento sindical unitário, implantando-a solidamente nos locais de trabalho - é a grande tarefa que se coloca ao nosso partido para estar à altura das responsabilidades já adquiridas junto das massas trabalhadoras e à qual todos os militantes e organismos do partido se devem dedicar com todo o empenho revolucionário.

mas sentidos pelas massas trabalhadoras.

Este desvio manifesta-se no plano de luta central contra o Pacto Social por uma incapacidade em aplicar de forma maleável a palavra de ordem - Contratos sim, Portarias não -, isto é, levar em linha de conta que ela não representa uma recusa radical da via administrativa mas sim na defesa do contrato como solução final, por um lado, e, na incapacidade parcial em adaptar esta palavra de ordem à luta pelo direito à negociação colectiva, por outro lado.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

ral para melhor poder impôr o Pacto Social e a política de recuperação capitalista.

A aplicação destas duas orientações de luta tem de passar igualmente pela crítica a um desvio esquerdista.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

A aplicação destas duas orientações de luta tem de passar igualmente pela crítica a um desvio esquerdista.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

A aplicação destas duas orientações de luta tem de passar igualmente pela crítica a um desvio esquerdista.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

A aplicação destas duas orientações de luta tem de passar igualmente pela crítica a um desvio esquerdista.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

A aplicação destas duas orientações de luta tem de passar igualmente pela crítica a um desvio esquerdista.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

A aplicação destas duas orientações de luta tem de passar igualmente pela crítica a um desvio esquerdista.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

A aplicação destas duas orientações de luta tem de passar igualmente pela crítica a um desvio esquerdista.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

A aplicação destas duas orientações de luta tem de passar igualmente pela crítica a um desvio esquerdista.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

A aplicação destas duas orientações de luta tem de passar igualmente pela crítica a um desvio esquerdista.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

A aplicação destas duas orientações de luta tem de passar igualmente pela crítica a um desvio esquerdista.

Este desvio manifesta-se no plano de luta contra a cisão com a redução deste objectivo aos momentos eleito-

do nosso partido soube compreender a importância

ção propagandística do PCP - como é para a UDP/PCP(r) - nem uma jornada simbólica de protesto - como o é para o PCP.

as lições da luta dos trabalhadores do "Século"

A luta dos trabalhadores do Século contra as tentativas de desnacionalização da empresa e em defesa dos seus postos de trabalho, dos salários, pelo cumprimento dos CCTs e pela liberdade de informação é uma luta justa e importante, sobretudo numa altura em que o Governo PS/CDS procura controlar cada vez mais os órgãos de informação pondo-os ao serviço da recuperação capitalista.

A desnacionalização da empresa do Século (ou a concessão da sua exploração ao capital privado) é um convite aos capitalistas instalados no estrangeiro a seguirem a via aberta com esta desnacionalização. Por isso, defender a nacionalização do Século, lutar contra a sua venda, significa defender todas as nacionalizações.

Esta é mais uma luta que se integra no processo mais geral de resistência popular activa à recuperação capitalista e ao avanço do autoritarismo burguês e que exige do movimento sindical unitário uma firme posição de unificação das lutas e de recusa do pacto social de miséria, repressão e desemprego.

É necessário tirar desta luta exemplar as devidas conclusões e perceber qual a orientação que o movimento sindical unitário adopta em semelhantes casos.

A CI DO "SÉCULO" - UMA DIRECÇÃO PARA A LUTA

Ao longo de 17 meses a Comissão Intersindical soube conduzir correctamente a luta. A justiça da acção da CI assentou fundamentalmente nos seguintes princípios:

a) Encarando o encerramento do "Século" não só como um lock-out do Governo, mas sobretudo como um conflito político em que estavam em jogo: a defesa das nacionalizações; a defesa da liberdade de

informação; oposição à política do Governo para a Comunicação Social e para os sectores nacionalizados e intervencionados. (1)

b) Articulando a luta política com os interesses imediatos e económicos dos trabalhadores: a aplicação dos CCT's; pagamento dos salários; combate à repressão; etc.

c) Assumindo-se como direcção dos trabalhadores ao longo de todo o processo de luta. Para isso a acção da CI assentou na iniciativa organizativa e sindical, articulando a agitação com a acção.

Assim, cada vez que a CI reforçou a agitação interna (na empresa) e externa (campanhas de opinião pública), essa iniciativa foi sempre

completada com uma forma de acção consequente - manifestações, pressão junto dos órgãos do poder, reforço da organização e da unidade dos trabalhadores, etc.

Foi nesse sentido que a CI propôs, em plenário de empresa, a organização de uma manifestação, de uma conferência de imprensa e da abertura de uma campanha de opinião pública.



Este conjunto de acções deveria lançar uma ofensiva decisiva contra a política do Governo, pela defesa das nacionalizações, pelos direitos dos trabalhadores. Importa saber porque é que esta ofensiva falhou em grande parte.

O PAPEL DO MOVIMENTO SINDICAL NA LUTA DO SÉCULO

Nos últimos meses os sindicatos tudo têm feito para controlar a acção da CI. Foi

nesse sentido que 13 sindicatos e a USL subscreveram as iniciativas propostas pela CI e aprovadas em plenário:

- para beneficiarem da capacidade de iniciativa e direcção da CI ou seja, para não perderem a confiança dos trabalhadores;

- para travarem burocraticamente a acção da CI a fim de imporem a política do PC:

separação entre a luta política e a luta económica; isolamento das lutas em cada empresa; passividade e defensismo perante a política de desemprego do Governo; apoio crítico ao pacto social.

Assim, as direcções sindicais mantiveram uma passividade que só pode ser encarada como boicote à abertura política contida na luta do "Século". Além disso não aproveitaram a recente criação da Federação do sector (2) para alargar e reforçar a luta,

gumas conclusões a tirar de 17 meses de luta do "Século":

1º A orientação da corrente maioritária do Secretariado da CGTP-IN não favorece a luta dos trabalhadores; não favorece a sua unidade e organização; não conduz à vitória.

2º A direcção revolucionária da luta dos trabalhadores também se mede pela capacidade de iniciativa, apontando vias de acção e encadeamento das lutas de todos os trabalhadores.

3º A CGTP tem um papel insubstituível no erguer da resistência popular: à política de recuperação capitalista. Por isso os revolucionários devem lutar intransigentemente pela unidade do movimento sindical e pelo reforço da CGTP - mas esta luta só ganhará sentido se os revolucionários souberem também lutar, dentro da CGTP, contra a direcção reformista e traidora, se souberem apontar o caminho da unidade na luta de todos os trabalhadores portugueses, erguendo a resistência popular activa, dentro dos sindicatos, contra o Governo PS/CDS.

Só assim a luta do "Século" e todas as outras lutas isoladas ganharão sentido e eficácia; só assim a vitória sobre a política de desemprego e miséria será possível.

(1) Veja-se, a propósito, o artigo sobre as empresas estatizadas, no PP nº 75, páginas centrais.

(2) Ver artigo sobre a Federação no PP nº 75, pag. 6.



PANASQUEIRA: NÃO À MISÉRIA!

Os mineiros da Panasqueira vão paralisar hoje e amanhã, fundamentalmente por questões de carácter salarial: na origem da greve esteve a recusa da administração em repor os descontos abusivamente feitos aos trabalhadores de ordem dos 57,5% da massa salarial, relativos não a tempos de paralisação mas aos prejuízos que, segundo os cálculos dos patrões, as greves já efectuadas terão provocado. Enquanto os trabalhadores exigem a reposição integral do desconto feito, a administração apenas está disposta a dar 7,5% das quantias retiradas aos salários, atitude que é justamente considerada inaceitável, dada a arbitrariedade em que assenta, ao pretender não apenas retirar o vencimento relativo ao período de greve, como também efectuar um desconto pelos "prejuízos que a empresa teve com a greve".

No entanto, apesar desta causa directa e da reivindicação de aumentos, que parece "bem encaminhada", mas não foi ainda satisfeita em termos definitivos, a greve dos mineiros da Panasqueira está longe de ser uma luta exclusivamente economicista. Vivendo em condições bastante difíceis, os mineiros (num total de 1.200 dos 1.400 trabalhadores das minas) pretendem também melhorias no que respeita à assistência médica permanente, habitação, ensino dos filhos e infraestruturas de apoio às famílias.

Os mineiros lutam ainda por uma maior segurança no trabalho e conseguiram já que, há pouco menos de um mês, se instalou no fundo da mina um posto de primeiros socorros. Incidentes como o que recentemente provocou a morte de um jovem mineiro, soterrado numa galeira da mina, foram em grande parte da falta de segurança com que tra-

balha e que, apesar de ser considerada das mais reduzidas existentes em empresas similares, continua a ser a causa de cerca de 50 acidentes graves por ano.

Por outro lado, no que respeita à habitação, os mineiros querem que a administração da empresa inglesa que explora as minas (e que pertence ao consórcio internacional Anglo American) proceda à construção de casas capazes que substituam os pavilhões atulhados e sem condições de higiene e os "buracos" sem sanitários, nem duchas, onde vivem grande parte das famílias dos mineiros.

E as reivindicações não param aqui: sujeitos a uma doença pulmonar, a silicose, que os torna inaptos para o trabalho na mina, os mineiros pretendem acautelar o seu futuro e exigem que as reformas por invalidez sejam corrigidas, de modo a não permitir que a miséria se instale em suas casas, e a doença acarrete inevitavelmente o risco da sobrevivência dos seus.

A acrescentar a todos estes problemas, cuja solução foi já exigida junto da administração das minas, surgem ainda outras questões graves, no que respeita à educação dos filhos e às limitações que se colocam às mulheres, impossibilitadas de trabalhar fora de casa, uma vez que a mina é para os homens e não existem ali outras indústrias.

A colocação de uma escola profissional, para além do ciclo preparatório, onde os filhos e filhas dos mineiros possam aprender um ofício, foi uma solução já proposta à administração das minas que poderia resolver, em parte, a questão da educação, se fosse rapidamente concretizada. E porque não a abertura de novas empresas de outros sectores da indústria, onde as mulheres pudessem trabalhar? Não serão todos estes pontos justas reivindicações de quem sente bem a exploração de que é vítima e já tomou consciência de que é necessário organizar-se para lutar por melhores condições de vida?



FACAR: INQUÉRITOS PIDESCOS!

Depois de uma desintervenção decidida pelo conselho de Ministros que provocou não só a contestação dos trabalhadores mas também protestos de vários sectores do próprio PS no Norte, a Facar, empresa metalomecânica, volta a dar que falar.

Não se trata para já de despedimentos em massa, mas de uma subtil manobra do patronato que, recorrendo a uns "estranhos" inquéritos, está objectivamente a tentar a divisão entre os trabalhadores para poder actuar mais à vontade e sem qualquer tipo de oposição.

Alarmados pela situação que poderia vir a ser criada, os trabalhadores da Facar não foram nas "histórias" do patrão "boa pessoa" e denunciaram o facto junto dos sindicatos. E o assunto é realmente grave como se pode inferir de algumas perguntas feitas no inquérito como é o caso de se pretender saber "se os srs. Carvalhos (os patrões) são boas pessoas" ou ainda "quem distribuiu os comunicados sindicais na empresa".

A manobra era subtil mas os trabalhadores da Facar estavam atentos e cortaram o mal pela raiz: como as questões apresentadas estão fora do âmbito do CCT eles nada têm a responder.

unir e organizar para a luta

CONFERÊNCIA NACIONAL sobre O SECTOR TÊXTIL

PROMOVIDA pelo



Movimento de Esquerda Socialista

SESSÃO FINAL: Lisboa, 30 Setembro 1978

UM SECTOR DE GRANDES TRADIÇÕES NA LUTA SINDICAL

Despedimentos aos milhares, encerramentos às dezenas de pequenas, médias e grandes empresas, não pagamento de salários durante longos meses em muitas empresas, toda a espécie de boicotes à produção por parte do patronato, não pagamento dos descontos dos trabalhadores para a Previdência, repressão crescente sobre os dirigentes e delegados sindicais, etc., etc.

O acordo com o FMI, a adesão de Portugal ao Mercado Comum e, dum modo geral, todas as imposições do imperialismo, tem como resultado agravar ainda mais a crise e fazer avançar uma reconversão do sector têxtil obtido à custa de despedimentos em massa, do abaixamento constante dos salários reais e do aumento da repressão nos locais de trabalho.

Esta conferência é um processo de ampla e aberta discussão dos grandes problemas que se colocam aos trabalhadores dos têxteis, lanifícios, vestuário, tapetes, cordoeiros, enfim, a todos aqueles que diariamente labutam e sofrem os efeitos da exploração capitalista, no mais importante ramo da produção industrial e da exportação portuguesa.

Esta conferência tem como objectivo central fortalecer a resposta operária à crise capitalista num sector onde elase abate com maior nitidez. Resposta que não poderá vir da conciliação com o patronato e o Governo. Resposta que só pode assentar na mobilização de todos os trabalhadores. Este é o grande objectivo da conferência: UNIR E ORGANIZAR PARA A LUTA.

UM DOS SECTORES MAIS Atingidos PELA Crise CAPITALISTA

Quando a Intersindical se formou em 1970 lá estava entre as quatro direcções sindicais que tomaram a iniciativa de um sindicato dos lanifícios de Lisboa.

Quando nenhum outro sector realizou ainda, quatro anos após o 25 de Abril, qualquer congresso nacional, os sindicatos sector têxtil acabam de realizar o seu II congresso, depois de um encontro nacional de dirigentes e delegados a nível nacional em Ofir.

Quando a reestruturação sindical marca passo em muitos sectores, no sector têxtil encontramos já sindicatos únicos para todo o sector no sul e centro.

UM SECTOR ONDE OS REVOLUCIONÁRIOS DESEMPENHAM UM IMPORTANTE PAPEL

O sector têxtil é um caso especial dentro do movimento sindical unitário.

Nele se verifica a existência de fortes posições e representatividade dos activistas revolucionários nas estruturas sindicais do sector, desde a comissão sindical de empresa até ao Secretariado da Federação. É esta grande diferença que faz com que a prática da democracia sindical e dum sindicalismo enraizado nos locais de trabalho seja uma realidade em muitas das estruturas sindicais do sector têxtil ao contrário do sindicalismo burocrático, conciliatório e cupulista que impera em muitos outros casos.

Para que esta influência dos revolucionários se consolide e alargue é necessário unir e organizar para a intervenção todas as estruturas do movimento sindical todos os trabalhadores e delegados sindicais que dão vida à corrente revolucionária desde sempre determinante na luta sindical do sector.

Dos trabalhadores do sector têxtil saíram muitos dos melhores e mais dedicados militantes do MES. É, por isso, natural que o MES dê toda a importância à defesa dos interesses de classe dos trabalhadores têxteis, levantando experiências, lutas e problemas concretos num amplo debate com todos os trabalhadores, especialmente com aqueles mais empenhados na luta anti-fascista e revolucionária.

A Conferência é um amplo processo de aberta discussão que se baseia em toda uma série de reuniões abrangendo os trabalhadores duma empresa, duma localidade ou de uma região que nelas queiram participar.

Reunir - debater - confrontar ideias e posições - levantar problema - encontrar vias de luta mais eficazes.



TIMOR-LESTE: avanços na frente militar e diplomática

Alarico Fernandes, membro do Comité Político Permanente da FRETILIN e Ministro de Informação e Segurança Nacional da República Democrática de Timor-Leste, informou no dia 4 de Junho de 78 através da Rádio Maubere, emissora nacional da RDITL, que um general indonésio tinha sido liquidado pelas FALINTIL. Ferido mortalmente na área de SAME, a sul de Dili, foi posteriormente evacuado de helicóptero para Dili tendo morrido antes de chegar à capital de Timor-Leste. O general encontrava-se a assistir e a dirigir as operações militares lançadas contra as posições da FRETILIN quando foi assaltado por uma unidade especial das FALINTIL. O corpo foi depois transportado para Djakarta. As autoridades militares de ocupação indonésias em Dili ordenaram que a bandeira fosse içada a meia haste em todos os edifícios públicos e disseram à população dos campos de concentração que o general "era o maior e o mais bravo general indonésio". Em resposta, o Ministro Alarico Fernandes disse-lhes pela rádio que o "Povo de Timor-Leste, conduzido pela FRETILIN, é sem dúvida ainda mais bravo porque conseguiu liquidar o "maior e o mais bravo general indonésio". Disse também que enquanto os oficiais superiores indonésios mortos em Timor-Leste, são sepultados em Djakarta com todas as honras fúnebres, os simples soldados indonésios aniquilados pela FRETILIN nas montanhas de Timor-Leste, "apodrecem onde são mortos".



Uma representação da OPJTL (Organização Popular da Juventude de Timor-Leste) estará presente no Festival Intermunicipal da Juventude e Estudantes a ter lugar em Cuba no corrente mês a convite daquela Organização. A delegação que apresentará sessões culturais, viajará possivelmente na companhia das suas congéneres de Moçambique e Angola que também se farão representar nas festividades. Recorde-se que Cuba reconhece a FRETILIN como a única e legítima vanguarda do povo de Timor-Leste e foi há cerca de um mês e meio o último país a reconhecer oficialmente a República Democrática de Timor-Leste.



A República Popular e Democrática da Argélia aceitou a abertura de uma delegação permanente da FRETILIN em Argel, capital daquele país.

A notícia foi transmitida por escrito e oralmente a José Luís Guterres, membro do Comité Central da FRETILIN e representante permanente da RDITL da República Popular de Angola aquando da sua recente estadia na República Árabe e Democrática do Saharã para assistir ao 5º aniversário da proclamação da luta armada pela Frente Polisário. A Argélia reconhece a FRETILIN como única e legítima vanguarda do Povo Maubere.

Relações MES/FRETILIN

Vão certamente entrar numa nova fase as relações entre o MES e a FRETILIN após os contactos que têm tido lugar entre responsáveis dos dois partidos. Nesses contactos foi esclarecida a posição da FRETILIN acerca da sua política na Frente externa, dadas informações acerca da luta no interior de Timor-Leste e trocados pontos de vista acerca das relações de profunda solidariedade entre o MES e a FRETILIN. O nosso CC teve oportunidade de manifestar o nosso total apoio à causa da soberania e independência nacionais de Timor-Leste e está em discussão um comunicado entre as duas Organizações.

Frente Popular de Libertação do Ceilão



Teve lugar em Lisboa, no decurso do presente mês um contacto entre uma delegação da Frente Popular de Libertação do CEILÃO e do CC do MES. No decurso do contacto fomos informados dos objectivos daquela Frente, da sua história e natureza assim como da actual situação política no CEILÃO. Por sua vez o CC do MES teve oportunidade de explicar a nossa posição actual acerca da situação política portuguesa.

Da fraternal troca de pontos de vista ficou clara a possibilidade de um aprofundamento das relações entre as duas organizações tendo sido o MES convidado a participar no Congresso daquela organização que se realiza no próximo ano.

ERITREIA: contactos do MES com a FPLE

Teve lugar no dia 10 de Julho em Lisboa um contacto entre a FPLE e o MES. O camarada Ermias Debessai, membro do CC daquela Frente, teve oportunidade de explicar os objectivos da sua visita ao nosso país e de colocar a direcção do nosso Partido a par do actual desenvolvimento da luta naquela zona de África, da situação da luta e do envolvimento das diversas forças em presença. O CC do MES teve oportunidade de explicar a posição do nosso Partido acerca da actual situação política e do papel do MES nesse contexto. O contacto abriu boas perspectivas para o desenvolvimento das relações entre a FPLE e o MES.

S.Tomé e Príncipe

Passa no dia 12 de Julho de 1978 o III Aniversário da Independência da República de São Tomé e Príncipe. Nesta data o MES saiu na pessoa da Embaixadora da República de S. Tomé e Príncipe em Lisboa, camarada Maria da Graça Amorim o Governo, o Povo de S. Tomé e Príncipe e o MLSTP na sua luta para construir uma nova nação a partir da herança colonialista. A propósito da passagem deste aniversário o MES enviou uma saudação.



AS PROPOSTAS DO MOVIMENTO COOPERATIVO

No último número do "PP" demos, em dois artigos diferentes, uma ideia da importância económico-política e dos problemas actuais do movimento cooperativo, confrontando com a política de recuperação capitalista do governo PS/CDS.

No seguimento do intenso trabalho desenvolvido com vista à recente comemoração do Dia Mundial da Cooperação, que o MES apoiou, realizou-se um debate no seio das cooperativas do qual saíram um conjunto de conclusões que apontam caminhos correctos de saída para a actual situação.

Nesse documento "é entendido o cooperativismo não só mo um fim em si, que nos levaria a uma hipotética "sociedade cooperativa" mas como um meio, uma ferramenta, para a transformação económica, social e cultural das sociedades no sentido em que a justiça e o bem estar social sejam um facto, através da participação democrática", assim como se considera abertamente que "os problemas das cooperativas estão intimamente ligados à vida e luta da população trabalhadora em geral".

Ao tomarmos esta posição recusamos as perspectivas de missionistas que se manifestam, quer pela via da recusa e abandono puro e simples de trabalho no Sector Cooperativo, agora que a burguesia e a direita ganham as rédeas do Poder, quer a via do "ir aguentando" algumas posições para manter o "espírito do 25 de Abril".

1 Avançar uma posição de maior mobilização que leve os órgãos do Poder a tomar as medidas que as cooperativas necessitam, para que cumpram o seu papel e para que a Constituição seja respeitada e cumprida.

Assim, consideramos o "Documento da Direcção da Unirurba", (1) como o texto sintese das propostas comuns das cooperativas, sobre o qual os órgãos do Poder se devem pronunciar clara e inequivocamente, como única forma de poder haver uma discussão séria que leve a resultados mui-

to precisos e que nos batemos para que sejam positivos.

2 Avançar para um reforço da Unidade e Organização das Cooperativas, como única forma de conjugando as nossas forças e capacidades poderemos resistir à actual situação e contribuir nos vários domínios para a superação das difíceis condições em que se encontram as cooperativas e a população em geral, constituindo assim, exemplo a seguir para maior número de trabalhadores.

Em termos de organização ele deve ter em conta os se-

Pensamos, ao contrário, que é possível e necessário ter uma posição activa nesta frente de intervenção, que é o Sector Cooperativo.



Isto porque:

- por um lado, ela constitui uma forma de organização popular que mantém as populações activas e com iniciativa própria na resolução dos problemas, que as medidas governamen-

tares da pressão sobre os órgãos competentes e da consciencialização de todos os cooperadores.

a) Organizar sectorial e regionalmente as cooperativas para que se estabeleça a Coordenação Económica entre as várias unidades de base envolvidas, única forma de criar circuitos próprios e resistir aos mecanismos de mercado que são dominantes.

b) Organizar sectorial e regionalmente as cooperativas em termos de Associativismo político, social e cultural no sentido de responder colectiva e unificadamente aos entraves que lhe são postos,

através da pressão sobre os órgãos competentes e da consciencialização de todos os cooperadores.

c) Dar os primeiros passos no sentido de vir a criar uma estrutura confederativa, que articule todas as cooperativas dos vários ramos e sectores e as transforme em estruturas dispersas em Movimento Cooperativo unificado.

No que respeita a uma maior ligação e coordenação com todas as organizações populares, nomeadamente com o Movimento Sindical Unitário,

tais cada vez mais agudizam e agravam;

- por outro, porque unidades económicas nas mãos dos trabalhadores, desde que articuladas, são um "pauzinho na engrenagem capitalista" que é dominante, mas que mergulhada numa profunda crise, põe em causa a sua estabilização a médio prazo.

Num e noutro caso, o associativismo cooperativo, constitui uma escola, um momento de aprendizagem, que nenhuma "escola burguesa" poderá desempenhar. Assim:

- Avancemos para a consolidação e formação de Cooperativas de Consumidores (seja de Habitação, Consumo ou Culturais), como forma de resistir à falta de habitação económica e ao aumento do custo de vida, dinamizando um trabalho cultural que é fundamental levar a cabo. Nestes ramos depois do 25 de Abril formaram-se 500 cooperativas.

- Avancemos para a consolidação e formação de Cooperativas de Produção (Agrícolas ou Industriais) e de Serviços, como forma de combater o desemprego, criando formas de gestão e produção mais justas. Depois do 25 de Abril formaram-se 1400.

E desta concepção geral, e da crítica ao papel do governo que privilegia "as formas de organização em que o lucro é a única mira", que o movimento cooperativo aponta as seguintes conclusões:

devem ser desenvolvidas as seguintes linhas:

a) Dialogar no sentido das propostas das organizações cooperativas serem assumidas pelo Movimento Sindical Unitário nas suas reivindicações gerais.

b) Adquirir uma prática de regular contacto entre as organizações cooperativas e as estruturas sindicais no sentido de resolver os problemas comuns.

c) Levar à prática acções comuns de mobilização, divul-

gação e reflexão sobre a realidade actual e a forma correcta e justa de lhes dar resposta.

(1) Este documento é a base das Conclusões do Colóquio promovido pelo INSCOOP (órgão estatal para o Fomento Cooperativo). Assim está nas mãos das Cooperativas e cooperadores tomar realidade estas Conclusões que o Dr. Mário Soares considerou negativas e agressivas. Negativa e agressiva é a sua acção objectivamente contra o Movimento Cooperativo.

ENCONTRO DE MULHERES DE LISBOA:

NADA DE NOVO!

Realizou-se no passado dia 2 de Julho o Grande Encontro de Mulheres do Distrito de Lisboa, uma iniciativa do MDM e CUM's apoiada pelo departamento de mulheres da USL.

O Encontro, que funcionou dividido em três secções (1ª - a mulher e o trabalho; 2ª - a mulher e a alta do custo de vida e 3ª - a mulher na família e na sociedade) seguido de plenário final, não passou de um longo comício onde durante várias horas ouvimos o que já sabíamos sobre a situação da mulher trabalhadora, mas pouco ouvimos sobre o que fazer para alterar essa situação, nomeadamente as tarefas que cabem ao Movimento Sindical neste terreno.

Não se registou qualquer tipo de discussão ou de trabalho colectivo dos participantes, uma vez que cada um se limi-

tou a ler, segundo a ordem de inscrição, o texto que levava escrito.

Das intervenções que procuraram romper com este tipo de Encontro-comício, salienta-se a da dirigente do Sindicato do Serviço Doméstico e a da dirigente do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, quer uma quer outra representando sectores de mulheres trabalhadoras dos mais marginalizados e dos mais oprimidos da sociedade.

Depois de descrever, em traços rápidos, a situação das empregadas domésticas e das mulheres a dias, a primeira destas dirigentes sindicais sublinhou que o origem dos problemas desta classe "está nas estruturas deste país" e que "a solução dos problemas da mulher trabalhadora não pode encontrar-se na exploração de outras trabalhadoras", apontando o caminho a

seguir: transformar o serviço doméstico em serviço público, as empregadas domésticas e mulheres a dias em empregadas do Estado.

Por sua vez, a dirigente sindical têxtil, depois de referir as condições de trabalho e de vida da mulher trabalhadora deste sector, afirmou: "O Movimento Sindical, a CGTP-IN e os Sindicatos, num momento difícil como este que atravessamos, tem de arranjar formas concretas e sugestivas de trazer as mulheres para a luta pelos interesses de toda a classe trabalhadora mas não pode ignorar a situação concreta em que a mulher portuguesa se encontra a todos os níveis e a consequente luta pela sua emancipação.

"Só o pôr a funcionar efectivo dos Departamentos ou Comissões de Mulheres nos Sindicatos com objectivos claros e programas de acção imediatos junto das trabalhadoras

pode reforçar o Movimento Sindical ganhando as trabalhadoras.

"Só estas nos seus locais de trabalho e nos Sindicatos podem definir quais são os seus interesses e objectivos de luta e fazê-los assumir pelo Movimento Sindical e por todos os trabalhadores, homens e mulheres.

"Só através dessa tomada de consciência se pode avançar consequentemente para a luta pela modificação da situação discriminada da mulher, tanto no trabalho, na família como na sociedade em geral".

Este Encontro veio, mais uma vez, mostrar a necessidade de organização das mulheres trabalhadoras para defesa dos seus interesses próprios, em alternativa ao reformismo que as instrumentaliza e as utiliza para fins que não vi-



sam a modificação da sua situação.

Em Novembro, a CGTP-IN vai realizar uma Conferência Nacional sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora. Para que essa iniciativa não se reduza ao que tem sido até aqui as várias realizações sobre a

questão da mulher, será necessário que os revolucionários assumam e se empenhem Conferência.

Tal como no Congresso de Todos os Sindicatos, a Corte Sindical Revolucionária tem de erguer nesta frente alternativa ao reformismo apontar o caminho a seguir.